
**IDEOLOGIA, DIDÁTICA
E CORPORATIVISMO:
Uma Alternativa Teórico-Metodológica Para o
Estudo Histórico da Geografia no Ensino
Primário e Secundário***

Marcelo Escolar**

Cora Escolar***

Silvina Quintero Palácios****

A teoria materialista da transformação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são transformadas pelos homens e que o educador, por sua vez, necessita ser educado.

Karl Marx, Friedrich Engels (1845)

Em 1872, Paul Vidal de la Blache foi nomeado professor titular dos cursos de história e geografia da Faculdade de Letras de Nancy e três anos mais tarde conseguiu, pela primeira vez na história educacional francesa, emancipar a disciplina "geografia" da sua tutela "histórica" (Andrews,

*Traduzido por Maria Lúcia Alves Ferreira.

**Licenciado em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade de Buenos Aires

- Argentina.

***Licenciada em Sociologia do mesmo Instituto.

****Auxiliar de pesquisa do mesmo Instituto

1986). Este "acontecimento" pode ser entendido sob diferentes orientações historiográficas.¹

De um ponto de vista corporativo podemos considerá-lo como o momento no qual a geografia conseguiu por esforço próprio sua individualidade científica e acadêmica. Pode-se também, se a ótica é internalista, reduzir o fato a um momento de consolidação comunitária da geografia dentro de seu processo de evolução histórica. Finalmente, também é possível (reduzindo ao máximo as alternativas) relacionar este fato com o contexto histórico correspondente à derrota francesa na guerra dos anos 70 e a recordação dolorosa da Comuna, pesando ainda na "consciência anêmica" (Tjeborn, 1976) da Terceira República. Quer dizer, talvez a geografia também nasça marcada a ferro e a fogo, da mesma forma que da paisagem geográfica parisiense sobressaem as paredes brancas do Sacré-Coeur, construído para purgar os pecados dos comuneiros (Harvey, 1985).

Neste sentido, é totalmente factível correlacionar as transformações próprias da crônica histórico-geográfica com seu marco de referencia conjuntural. Torna-se coerente interpretar, por exemplo, a escola clássica alemã dentro dos limites políticos do processo de unificação germânica e dentro dos limites filosóficos do idealismo alemão e, mais precisamente, do pós-hegelianismo romântico (Nicolas, 1974 e 1983; Moraes, 1980). O mesmo acontece no que diz respeito à controvérsia monologada do debate "morfologia social-geografia humana" (Coutou Begarie, 1984), ao estabelecimento da "geografia modesta" depois de 1922 (Febvre, 1922), sepultando nos confins da memória oficial geográfica textos como: *La France de l'est* (Vidal de la Blache, 1917); *Le sol et l'etal* (Vallaux, 1910); *Questions Européennes* (vários autores, 1919); *La géographie de l'histoire* (Brunhes e Vallaux, 1921), etc. no marco do paroxismo chauvinista francês dos anos posteriores à vitória selada provisoriamente no tratado de Versalhes.

Toda esta outra história disciplinária é a que nos interessa, a que permite inserir o suposto discurso neutro da Geografia, suas pretensões apolíticas e as insignificantes controvérsias acadêmicas, já não somente nas diversas teorias historiográficas do caso (Olivé, 1988), como no processo de desenvolvimento histórico do capitalismo e seu correlato: a formação ideológica do Estado-Nação territorialmente delimitado e

¹ É possível afiliar-se a diferentes posturas nas historiografias das ciências sociais; no âmbito da geografia vários autores discutem o tema, como por exemplo Quaini (1981), Gambi (1979), Johnston (1984 e 1979), Gómez Mendonza (1986), Glick (1984, 1985, 1986), Capei (1981), Stoddart (1981), Berdoulay (1981), Wheler (1982), entre outros.

soberano na sua geografia pacientemente construída e sistematicamente ensinada.

Nossa intenção com este breve trabalho é adiantar uma série de hipóteses provisórias sobre o papel ideológico realizado pela "Geografia" nos vários níveis do ensino formal. Em seguida, descrever os principais aspectos de um marco metodológico alternativo, capaz de explorar criticamente este papel da disciplina através dos conteúdos de programa, projetos de estudos e currículos, nos últimos cem anos da história educacional argentina. Finalmente, ilustrar com alguns exemplos empíricos (resultado de uma análise exploratória) em que medida é possível comprovar nossos pontos de partida teóricos.

Primeira hipótese - Tomando por base uma série de trabalhos anteriores (Escolar, 1986, 1987 e 1988) consideramos que, em termos gerais, pode-se juntar a *necessidade social* do ensino da geografia com a *necessidade política* dos estados burgueses de consolidar e fundamentar territorialmente uma consciência nacional reificada e a-histórica. Isto se refletiria, entre outras coisas, nos diversos programas estatais de ensino primário e secundário, como uma espécie de sobredeterminação estrutural (Wright, 1978) do saber e do discurso "científico" geográfico sobre as várias modalidades conjunturais que orientam cada plano de educação nacional, com o que deveria se verificar na pesquisa um alto grau de continuidade teórica e obviamente ideológica nos conteúdos de toda a série cronológica sob estudo.

Segunda hipótese - intimamente relacionado com o exposto na tese anterior, seria necessário indagar "o que se ensina" sob o título de "Geografia". Em outras palavras, sendo nossa opinião que o discurso geográfico não se fundamenta em um ou em vários marcos teóricos explícitos e próprios, a partir dos quais se desenvolvem os conteúdos específicos de cada matéria ou área de ensino (ver: lista de documentação anexa), como poderia ser o caso da antropologia, da sociologia e inclusive da história; poderiam ser rastreadas releituras "especialistas" e/ou naturalistas, sejam de dados ou abordagens teóricas da realidade social, originários de outros campos das ciências humanas, divididos, subvertidos, ou simplesmente super simplificados num discurso acadêmico descritivo, classificatório e aparentemente neutro.

Como resultado previsível disto, deveria ser possível reclassificar os conteúdos, com o objetivo de compreender qual é a configuração real do que "é ensinado" pela geografia.

Terceira hipótese - Por último, fica faltando justificar o porquê desta diferenciação, implicitamente presente até aqui, entre as distintas metodologias didáticas (sejam teorias do ensino ou do aprendizado) que

organizam a forma de ensinar geografia em cada momento histórico, e os conteúdos geográficos ensinados. Consideramos que os últimos apresentam certo nível de independência diante dos diversos discursos hegemônicos. Desta forma a institucionalização do ensino reproduziria ideologicamente as orientações discursivas através da política educacional e dos planos de estudos específicos, mas sempre em descompasso em relação aos discursos vigentes (Appel, 1987). Quer dizer, embora a hegemonia tentasse obter um consenso entre outros meios, através do aparato educativo, este mesmo aparato e em particular o espaço temático da geografia se moveriam com certa independência (ver *Primeira hipótese*), com certa inércia conservadora. Por isso, todas as indagações que se orientassem para a história do ensino da geografia sem colocar em questão o sentido do ensinar geografia e o conteúdo ideológico do que é ensinado por seu intermédio, não poderão senão circunscrever-se à superfície do problema formal de um campo temático não questionado criticamente como tal.

Definitivamente acreditamos firmemente que o atraso dos conteúdos dos programas de cursos e currículos, no que diz respeito ao discurso hegemônico e sua política educacional correspondente, não só existe como também, no caso da disciplina geográfica, está exacerbado pelo fato de que, por não contar com marcos teóricos de referência que possam se intercambiar em cada caso (ver *Segunda hipótese*), a modificação se limita exclusivamente à didática. Chega-se, então, a uma mistificação muito sutil do "geográfico".

Os professores de geografia são assustadoramente a maioria dos geógrafos, e como a distância acadêmica entre estes últimos e os universitários é pequena (pelo menos na maioria dos países latino-americanos), a força da corporação é terrível, o que inibe qualquer tipo de reflexão que se descentralize da geografia, de sua "necessidade", de sua evidência empírica (depois de tudo, quem poderia duvidar que a geografia existe, se de fato ela é ensinada?). Mesmo entre aqueles que com posições "progressistas" tentam modificar - formalmente - o ensino da disciplina.

Nossa proposta, como corolário de tudo o que já foi dito até agora, poderia se resumir da seguinte maneira:

É provável que uma vez finalizada a pesquisa possamos chegar à conclusão de que não é lógico nem politicamente necessário continuar ensinando geografia. Não é que pensemos aprioristicamente nesta possibilidade, mas mantê-la presente, como alternativa, é a única possibilidade de não voltar - paradoxalmente - ao mesmo ponto do qual partimos ao começar a análise.

II

O tipo de estudo que nos propomos fazer exige que o objeto de análise se situe como totalidade, embora pretenda necessariamente especificações concretas ao nível da realidade.

Também achamos que não podemos esperar somente uma descrição externa do objeto (ver parte I), o que não passaria de uma sucessão de aparências - didáticas. Inclusive porque seria arbitrário escolher algumas delas para compor o objeto ao nível do conhecimento, já que não caberia a utilização de todas. Vê-se, assim, que a simples descrição implica a utilização de determinados critérios que regem a seletividade em que incorre a análise, embora eles não sejam controlados e às vezes nem sequer conscientes.

Para superar essa "história de aparências" e atingir o essencial, utilizaremos:

a) Um critério pragmático, que terá como propósito recolher toda a informação disponível.

b) O uso de categorias significativas para uma descrição e explicação rigorosa, que deverá partir da teoria explicitada e será utilizada como guia. Deste modo as dimensões abarcadas pelo estudo tenderão a uma fundamentação que vai ser, antes de tudo, histórica e teórica ao mesmo tempo. Se no que diz respeito, por exemplo, à categoria "espaço", devemos transferi-la, assumindo nossa perspectiva particular de uma conotação somente "geográfica" para assumir outra, *histórica*, acontecerá algo semelhante com a categoria "tempo", que não vai ser encarada nos termos somente cronológicos, mas também e principalmente *históricos*.

A estratégia teórico-metodológica proposta terá a seguinte característica:

A primeira fase será exploratória. Isto se traduzirá na busca de dados e formulações já disponíveis. A principal função será mostrar linhas possíveis de análise.

A segunda fase reveste-se, ao contrário, de características mais difíceis, já que com os elementos obtidos na primeira, se tratará de construir categorias que tornem inteligível o processo.

A terceira fase é a do retorno ao real, dispondo para isso do instrumental teórico elaborado para estabelecer algumas formas possíveis de relação.

A quarta fase atuará novamente no plano abstrato, tendendo à construção do modelo conceitual, tão simples e tão exaustivo quanto for possível.

Desta forma, pretendemos abordar a realidade estudada a partir de nossa proposta teórica e das hipóteses que dela decorrem. Deixando claro a possibilidade de dar um novo significado à estratégia proposta no transcurso da pesquisa.

III

A seguir exporemos alguns resultados preliminares de um estudo exploratório (circunscrito exclusivamente ao ensino secundário) que abrange a série cronológica que vai desde 1868 até agora. A forma pela qual estes vão ser ordenados corresponde basicamente a cada uma das três hipóteses desenvolvidas na primeira parte.

"É metódico começar pela geografia física, porque assim se dá à geografia política sua base natural, e porque como a natureza do solo determina em grande parte as circunstâncias e o caráter particular dos povos, é evidente que os detalhes da geografia dos Estados têm, por assim dizer, seus germes na geografia física."

Esse parágrafo foi escrito em 1868 pelo professor de Geografia e reitor do Colégio Nacional de Buenos Aires, Dr. Alfredo Cosson, no seu relatório anual ao Ministério de Instrução Pública, inaugurando desta forma os objetivos ideológico-políticos explícitos da Geografia Argentina.

Torna-se claro, contudo, um paulatino processo de naturalização da realidade social nacional que, embora já presente em Cosson, se vai afirmando ao longo de todo o período subsequente. No período compreendido até 1910, os programas incluem, em todos os casos, umas "notas importantes" onde se previne que "deverá se dar maior importância à Geografia econômica e política". Esta situação é recuperada criticamente num documento elaborado pela Sociedade Argentina de Estudos Geográficos - "GAEA" - a pedido do Ministério de Instrução Pública (1927) denominado "*Avaliação da GAEA sobre os programas de geografia*". Nele se afirma que a estabilidade econômica de um povo depende da capacidade de sua terra, e esta, por sua vez, depende do clima como primeiro fator (...). Seria impossível dar base sólida ao conhecimento econômico se este não fosse fundamentado nas causas físicas que o determinam.

Neste caso, ressalta-se com evidência, por um lado, a importância da "Geografia" como marco adequado onde fundamentar as ciências sociais, (Hipótese 2) e, por outro, a "renovada" estabilidade dos fundamentos que obviamente também se refletem nos conteúdos (Hipótese 1). Mas sobre-

tudo, o que nos interessa ressaltar é a aparição, pela primeira vez de forma explícita, da corporação geográfica estabelecendo posições políticas e didáticas sobre suas próprias práticas.

Continuando com a afirmação que fizemos a respeito da "progressiva naturalização do discurso" (ainda que no essencial os conteúdos não se distingam entre si), poder-se-ia enumerar os seguintes cortes significativos:

1929-1930: Há um equilíbrio entre a importância outorgada aos fatores físicos e aos "humanos". Apesar disso, se insiste na "influência do clima sobre o homem" e na "necessidade de relacionar os elementos do relevo com a economia política".

1936-1940: Surge a divisão territorial em "regiões naturais", como meio de organizar o conhecimento em torno a algum princípio importante. Acentua-se a geografia matemática e física como "ponto de partida de cada assunto".

1942-1946: Passa-se a um conceito de geografia mais descritiva e regional, dando a mesma importância aos conteúdos "físicos e humanos". O critério de divisão é administrativo, embora se refira a regiões naturais segundo diferenças de relevo.

1949: Retoma-se explicitamente as concepções naturalistas e "ecológicas" já presentes desde 1868: "o homem se encontra intimamente associado ao caráter geográfico de seu meio; bem compreendida esta relação, todo o resto é dado como acréscimo".

1953: Incorporam-se alguns conceitos da escola regional francesa, sobretudo aqueles que são reconstruídos novamente nessa época, tendo como base Vidal, por Max Sorre (Sorre, 1952): "gênero de vida" e "região geográfica". Considera-se então a "paisagem como resultado da ação mútua dos elementos do ambiente físico e dos seres vivos, em especial do homem, o que se traduz na existência de regiões geográficas".

Finalmente (em função da informação acessível), no programa vigente na atualidade voltamos a encontrar os conceitos de "gênero de vida" e "relação entre o homem e seu ambiente geográfico", num marco que conserva a "ordem metódica" aludida por Cosson em 1868: começar pela Geografia física e dar assim à Geografia econômica e política "sua base natural".

Tudo isso nos permite comprovar em grande medida não somente a "naturalização" (passagem de uma geografia explicitamente política a uma geografia onde o político está "naturalmente" implícito), como também a continuidade nos conteúdos fundamentais da hipótese 1 (e em grande parte da hipótese 3).

Juntamente com este aspecto que estamos discutindo é necessário incorporar a dimensão ideológica textual do discurso, que pode ser encontrada enunciada, por exemplo, nos resultados de uma assembléia de professores (organizada em 1933, durante o governo de A. P. Justo), onde se afirma como objetivo "aprofundar, dentro dos programas, os estudos concernentes aos problemas da sociabilidade argentina e o desenvolvimento histórico de nossa nacionalidade", e se recomenda ainda a introdução dos que são considerados "conceitos de economia política" (hipótese 2) "como meio de cumprir o propósito patriótico de engrandecer a pátria por meio do fomento de sua riqueza nacional", aconselhando dar maior ênfase ao ensino da Geografia Argentina "como meio de formar e intensificar o sentido nacionalista".

Também num programa do ano de 1949 encontramos enunciados ideológicos explícitos, como por exemplo: "os programas devem ter a formação integral de gerações argentinas que interpretem cabalmente os destinos históricos incoercíveis da República (...) para alcançar (...) uma nova etapa do domínio espiritual e material".

Embora considerando insuficiente a informação recolhida, podemos adiantar como conclusão provisória para esta pequena exploração de nosso objeto de estudo que, em princípio, pode-se pensar em uma certa relação positiva entre as hipóteses derivadas de nosso marco teórico e os resultados deste exercício analítico. Desta forma estamos em condições de começar, a partir dessas constatações iniciais, o desenvolvimento de uma metodologia para abordagem crítica do tema, como a que expusemos no ponto dois deste trabalho.

DOCUMENTOS

Resoluções Ministeriais:

11-8-1936 Programas para Escuelas de Comercio

11-3-1946 Programas para Colégios Nacionales

8-3-1949 Planes y Programas de estudio para el Bachillerato

Decretos:

23-2-1884 Plan de estudios para Colégios Nacionales

14-1-1888 Plan de estudios para Colégios Nacionales

31-1-1900 Programas para estudios secundários y normales

5-3-1910 Programas para Colégios Nacionales

11-11-1952 Planes y Programas de Estudios para Bachillerato Escuelas Normales y Escuelas Nacionales de Comercio

Programas:

de Geografía para Colégios Nacionales. Anos: 1908, 1936, 1940, 1945; de Geografía para Escuelas de Comercio. Anos: 1929, 1930, 1942, 1945, 1946; de Geografía para el nivel médio. 1988.

Planes de Estudio para la enseñanza media 1973.

Juicio de la Sociedad Argentina de Estudios Geográficos "GAEA" sobre los programas de Geografía 1927.

Conclusiones Aprobadas en la Asamblea de profesores de Castellano, Historia y Geografía Argentinas e Instrucción Cívica, realizada el día 10 de octubre de 1933, en el Colégio Mariano Moreno 1934.

BIBLIOGRAFIA

ANDREWS, Howard F. (1986). "Les premiers cours de Géographie de Paul Vidal de la Blanche a Nancy (1873-1877)", *Annales de Géographie*, n° 529, 1986.

APPLE (1987). "Educación y Poder", Paidós, Buenos Aires, 1987.

BERDOULAY, Vincent (1981). "The contextual approach", en: Stoddart (comp.) *Geography, Ideology and Social concern*. Blackwell, Oxford.

BRUNHES, J., VALLAUX, C. (1921). *La géographie de histoire*. Pariss.

CAPEL, Horacio (1981). "Institucionalization of geography and strategies of change", en: Stoddart (comp.). *Geography, ideology and social concern*. Blackwell, Oxford.

COUTOU BEGARIE, Hervé (1983). *Le phenomene "Nouvelle hisloire", strategies et ideologies des nouvelles historians*, Economica, Paris.

ESCOLAR, Marcelo (1986). *Naturaleza, historia y fetichismo espacial*. Tesis de licenciatura, UBA, Buenos Aires.

ESCOLAR, Marcelo (1987). "Discurso ideológico, discurso académico y crítica informal", *Revista Espacios (De producción y discusión)*, Secretaría de Extensión Universitaria, Facultad de Filosofía y Letras, UBA (no preto).

ESCOLAR, Marcelo (1988). *Problemas de legitimación científica en la producción geográfica de la realidad social*, presentado al Seminario "La geografía y los nuevos procesos de producción del espacio en América Latina", Departamento de Geografía, San Pablo.

FEVBRE, Lucien (1922). *La tierra y la evolución humana*, UTHEA, México, 1955.

GAMBI, Lúcio (1979). *Una geografía per la historia*, Einaudi, Turín.

GLICK, Thomas (1984). "History and philosophy of geography". *Progress in human geography*, 8, n° 2, p. 275-283.

GLICK, Thomas (1985). *Ibid*, n° 3, p. 424-431.

GLICK, Thomas (1985). *Ibid*, 10, n° 2, p. 267-277.

- GOMEZ MENDOZA, Josefina (1986). "La renovación conceptual y metodológica de la geografía a partir de 1970", en: *Teoría y práctica de la geografía*, García Ballesteros (comp.), 1986. Alhambra, Madrid.
- HARVEY, David (1985). "Monument and Myth: The building of the basilica of the Sacred Heart", en: *Consciousness and the urban experience* (tomo 1), Blackwell, Oxford.
- HAVERMAN, R. (1977). *Dialéctica sin dogma*. Ed. Anel, Barcelona.
- JOHNSTON, R. J. (1979). *Geografía e Geógrafos*, Difel, San Pablo, 1986.
- JOHNSTON, R. J. (1984). Introducción: El estudio internacional de la historia de la geografía, en: *La geografía actual: Geógrafos y tendencias*, Johnston y Claval (comp.), Ariel, Barcelona, 1986.
- KAPLAN, Abraham (1964). *The conduct of enquiry: Methodology for Behavioral Science*, Chandler, San Francisco.
- MORAES, A. C. R. (1980). *Contribuição para uma história crítica do pensamento geográfico. Alexander Von Humboldt, Karl Ritter e Friedrich Ratzel* (mimeo.), San Pablo, 1980.
- NICOLÁS, O. George (1983). *L'Axiomatisation de la géographie*. (Tesis de estado), Atelier National de reproduction des theses. Universidad de Lille III, Lille.
- NICOLÁS, O. George (1974). Introducción: Carl Ritter et la Formation de l'axiomatique géographique, en: *Introduction a la géographie generale comparée: Carl Ritter* (Nicolás O. George, comp.), Belles Lettres, Paris.
- OLIVÉ, León (1988). *Conocimiento, sociedad y realidad*, Fondo de Cultura Económica. México.
- QUAINI, Massimo (1981). *La construcción de la geografía humana*, Oikos Tau, Barcelona.
- SORRE, Max (1952). *La notion de genre de rievolution*, en: *Les fondements de la géographie humaine*, tomo II, Colin, Paris.
- STODDART, D. R. (1981). "Ideas and interpretation in the history of geography", en: Stoddart (comp.), *Geography, ideology and social concern*. Blackwell, Oxford.
- VALLAUX, Camille (1910). *El suelo y el Estado*, Daniel, Editor, Madrid, 1914.
- Vários autores. (1919). *Questions européennes*, 2 vols., Imprimerie nationale. Paris.
- VIDAL DE LA BLACHE, Paul (1918). *La France de l'est*. Colin, Paris.
- WHEELER, P. B. (1982). "Revolutions, researchs programmes and human geography". *Area*, nº 14, p. 1-6.
- WRIGHT, Erik O. (1978). *Clases, crisis y Estado*, Siglo XXI, Madrid.